

**METAMORFOSES AMBULANTES:  
UM ESTUDO SOBRE AS BASES ELEITORAIS  
DO PTB, MDB/PMDB, PSDB E PT.<sup>1</sup>**  
*WALKING METAMORPHOSIS:  
A STUDY ABOUT THE BASIS ELECTORAL  
OF PTB, MDB / PMDB, PSDB AND PT.*

Gustavo André Aveline Müller\*

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é verificar a existência de um deslocamento regional do eleitorado dos partidos progressistas que, em momentos históricos distintos, tiveram a oportunidade de ocupar a presidência da República. Para tanto parte-se da hipótese que a máquina do governo federal dá aos partidos políticos uma imensa margem de recursos para implementação de políticas clientelistas que tornam as regiões menos desenvolvidas, sócio e economicamente, mais dependentes dos recursos estatais. Desta forma, complementando a hipótese orientadora desta pesquisa, assumimos que os partidos de esquerda nascem com bases eleitorais no Sul e Sudeste, e após a sua passagem pelo poder, deslocam-se eleitoralmente para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os indicadores utilizados foram, o percentual de votos obtidos por cada partido em tela nas eleições legislativas federais e estaduais nas cinco macrorregiões, a variação eleitoral entre a eleição presidencial e a subsequente e a correlação de Pierson considerando-se as variáveis “governo e “oposição”.

**Palavras-chaves:** clivagens; Estado; variação eleitoral; partidos de esquerda; clientelismo.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT Representação Política, no VIIº Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.

\* Doutor em Ciência Política; Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria (RS), Brasil; Email: gustavomuller2014@uol.com.br

**ABSTRACT:** *The purpose of this study is to verify the existence of a regional shift of the electorate of the progressive parties that, in distinct historical moments, have the opportunity to occupy the Presidency of the Republic. The guiding hypothesis of this research is that such parties are born with electoral bases in the South and Southeast, and after their passage through the power, move electorally to the North and Northeast.*

**Keywords:** *State electoral divisions; State; electoral variation; leftist parties; patronage.*

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

No balanço da literatura acadêmica recente sobre partidos e sistema partidário no Brasil a perspectiva institucionalista tomou o lugar, nas palavras de Jairo Nicolau, da perspectiva sociológica, privilegiando a análise da atuação dos partidos na arena governamental ou legislativa e, ainda segundo a visão institucionalista, a arena eleitoral a partir de condicionantes institucionais (Nicolau, 2010). A proposta desse artigo é, a partir de uma perspectiva sociológica, analisar o deslocamento das bases eleitorais dos partidos que, grosso modo, podem ser considerados como pertencentes à família dos “partidos progressistas”, a saber; PTB, MDB/PMDB, PSDB e PT.

A hipótese desta análise é a de que tais partidos ingressam na arena eleitoral com sua base situada principalmente nas regiões Sul e Sudeste e, após ocuparem a presidência da República, penetram eleitoralmente nas regiões Norte e Nordeste, perdendo seu prestígio junto ao seu eleitorado de origem.

Em outras palavras, os partidos que nascem como “progressistas”, com uma linha programática voltada para os trabalhadores e para as classes médias urbana, que estão situados principalmente no Sudeste e no Sul, após ocuparem o governo, deslocam sua base eleitoral (ou no mínimo ampliam) para as regiões onde predominam características de subdesenvolvimento econômico com um alto percentual de população vivendo nas zonas rurais, dependendo dos re-

<sup>1</sup> Agradeço a inestimável colaboração na execução desta pesquisa do acadêmico de Ciências Sociais da UFSM, Fernando Meirelles, embrião promissor de um grande cientista político.

cursos do governo federal que, de modo geral, chegam a elas por meio de práticas clientelistas. Por conta desse fator, a passagem pelo poder, os demais partidos que poderiam ser agrupados na família dos partidos progressistas foram deixados de fora dessa análise.

A evocação da perspectiva sociológica pode ser explicada pelo conceito de clivagem urbana/rural, classicamente desenvolvida por Lipset e Rokkan (1993). Obviamente não se pode perder de vista o fato de que o modelo criado por estes autores para analisar a constituição social dos partidos europeus estava localizado no tempo e no espaço, em sociedades industriais com bases sócio-econômicas bem sedimentadas, sedimentação esta que não seria válida nos dias atuais dadas as enormes transformações econômicas das três últimas décadas.

Não obstante, a perspectiva de clivagens não saiu totalmente da agenda dos pesquisadores. Estudos recentes têm demonstrado que, se houve uma dissolução das clivagens descritas por Lipset e Rokkan nas sociedades avançadas, o mesmo não pode ser dito nos países dos leste-europeu pós-comunismo, na Ásia e na América Latina. Em tais países ou continentes, as clivagens sociais, que se refletem na formação dos sistemas partidários, na maioria dos casos não mais opõem operários e burguesia, ou alguma outra dicotomia entre classes sociais, mas envolvem questões étnicas, culturais e religiosas que se expressam por canais de representação política, embora o uso da violência não seja um recurso incomum (Deegan-Krause, 2007).

No caso brasileiro pesquisadores dos partidos conservadores ressaltam que suas bases eleitorais situam-se principalmente nas regiões economicamente atrasadas, bem como nos pequenos municípios (Mainwaring, Meneghelli & Power, 2000), enquanto estudiosos dos partidos progressistas ressaltam seu crescimento dentre setores urbanos, sejam eles trabalhadores ou classe média (D'Araujo, 1996; Secco, 2011).

O presente trabalho está estruturado em quatro partes. Segue a esta breve introdução uma segunda parte destinada a exposição dos argumentos teóricos, sucedida pela a apresentação dos dados empíricos, e encerrada pelas considerações finais.

## 2. PARTIDOS POLÍTICOS: CLIVAGENS E FAMÍLIAS

Quando considerados sob a ótica sociológica, a principal pergunta a ser respondida é: a quem os partidos representam? Tal questionamento é, em geral, seguido por outras duas indagações: quais as suas ideologias e conteúdos programáticos? E como ocorre a relação entre partidos e eleitores: competição ou clientelismo?

Embora as duas questões estejam interligadas, pois para que algum partido avoque a representação de um determinado segmento social é necessário que este possua o mínimo de conteúdo programático e ideológico, muitas vezes há um hiato entre a ideologia do partido e a localização do seu eleitorado na pirâmide social. Em outras palavras; não raro partidos conservadores como os de extrema direita e os separatistas angariam seus votos na camada pobre da população (Delwitt, 2005). Isso faz com que trabalhadores e desempregados, ao invés de engrossarem as fileiras dos partidos de esquerda, migrem para a direita

Por conta disso, alguns autores chegam a apontar a perda de relevância dos partidos como efetivos canais de representação política. Philippe Schmitter procura analisar o que, segundo o autor, seria a ortodoxia da representação política através dos partidos, ou seja, a idéia de que a representação política somente pode ser exercida por partidos. Enfocando principalmente os casos de transição e consolidação democrática, momento no qual se inicia a institucionalização dos sistemas partidários, teoricamente os partidos políticos seriam atores relevantes na consolidação da democracia, por suas capacidades de agregação de interesses políticos. Todavia o autor destaca que já é possível identificar atores intermediários, que representam interesses específicos sem vinculação partidária. Isso ocorre porque, segundo o autor existe uma fragmentação das identidades políticas (Schmitter, 2001).

Sob outra perspectiva, Dalton, Farrel & McAllister reconhecem as mutações por que passam os partidos políticos, sem que isto implique em perda de representatividade. Os autores procuram refutar a tese do declínio dos partidos argumentando que estes são ainda os principais instrumentos de mobilização, oferta e escolhas de governantes em campanhas eleitorais. Dalton, Farrell & McAllister apóiam

empiricamente suas teses a respeito da relevância dos partidos observando os dados referentes à participação eleitoral, que segundo estes, apresentam, nos Estados Unidos e na Europa, uma curva ascendente e não descendente (Dalton, Farrell & McAllister, 2011, p. 63).

Novamente remetendo às perguntas feitas acima a respeito de quem os partidos representam e quais são suas ideologias, segundo o raciocínio dos autores, os partidos políticos podem adquirir novos conteúdos programáticos que sintetizam as informações fornecidas aos eleitores, o que formam novas clivagens ou modificam os significados de, por exemplo, posicionar-se à esquerda ou à direita. Assim sendo, temos que a clivagem left-right adquire novos significados em cada contexto. Em Taiwan ser de esquerda está ligado à defesa da independência, enquanto no México posições esquerdistas estão quase sempre ligadas ao combate às drogas (Dalton, Farrell & McAllister, 2011, p. 92).

Ainda em relação à clivagem esquerda e direita, o exercício do poder pode ser visto como um elemento que modifica o conteúdo ideológico e programático dos partidos, principalmente quando tratam-se de sistemas partidários em fase de institucionalização ou pouco enraizados socialmente, causando mudanças em suas bases sociais e em seus eleitorados. O exemplo dos países do sul europeu é eloquente na demonstração de como partidos os socialistas deslocaram-se do centro-esquerda para o centro do espectro político.

Hans-Jürgen Puhle examina a metamorfose dos partidos socialistas grego, PASOK, espanhol, POSE e português, PS, entre 1970 e 1990. Tal metamorfose consiste no progressivo abandono da ideologia socialista e da transformação destes em partidos catch-all, ou seja, partidos com uma linha programática e ideológica voltadas para o eleitor de centro (Puhle, 2001, p. 269). De outro modo, a metamorfose dos partidos socialistas no sul europeu está ligada à mudança das clivagens eleitorais. Tais partidos tiveram que ir além do seu eleitorado tradicional, composto por trabalhadores, para buscar o voto da classe média (Idem, p284).

Para Puhle o PASOK teve uma rápida transformação em partido catch-all após 1977, com o abandono do radicalismo anticapitalista, fator que ajudou a consolidar a democracia na Grécia (Idem, p278). Ao

abordar as políticas de modernização implementadas pelos partidos socialistas, quando ocuparam o poder, o autor observa que na Grécia o PASOK deu menos atenção para uma agenda política de consolidação institucional, checks and balance, accountability, transparência e participação popular, e canalizou seus esforços em uma agenda econômica com a modernização do Estado, redução do funcionalismo público, reforma na educação, desregulamentação e privatizações (Idem, p.304). Já o POSE optou por uma agenda baseada em três prioridades: consolidação da democracia, nivelamento da Espanha de acordo com os padrões econômicos e sociais europeus e adoção de reformas de cunho social-democrata com ênfase na cidadania. Essa agenda ainda foi complementada por medidas adotadas no setor jurídico, consolidando a independência do poder judiciário e a instituição do habeas corpus (Idem, p.308). O Partido Socialista português, por seu turno, iniciou sua metamorfose quando Mário Soares comandou o processo de moderação programática, vendo o marxismo como apenas um referencial teórico genérico (Idem, p.283).

Quando analisada a relação entre partidos e organizações sociais o autor observa que o PASOK adotou um padrão corporativista similar ao adotado na América Latina do peronismo e do varguismo, ou do PRI mexicano (Idem, p.312), enquanto o POSE possuía uma tradição de enraizamento social mais consolidado do que seus pares gregos e portugueses (Idem, p.314).

Talvez as situações de transição pelas quais passaram os países do sul da Europa apresentem um terreno propício para o entendimento de que rupturas institucionais, assim como o exercício do poder, conduzam a um realinhamento eleitoral e a uma revisão programática dos partidos políticos, o que contrasta com o modelo de clivagem sedimentada, proposto por Lipset e Rokkan, no qual a longevidade do sistema partidário e dos partidos representa uma variável fundamental.

Com relação à terceira indagação proposta no início desta segunda seção, as teses relacionadas à competição eleitoral são bastante conhecidas e versam sobre a competição entre elites (Schumpeter, 1968 [1961]), cálculo racional envolvendo voto e expectativa de benefícios (Down, 1999 [1957]), ou ainda como um dos requisitos

para que um regime hegemônico fechado se torne uma poliarquia (Dahl, 1997 [1972]. Não obstante, os estudos sobre o clientelismo, e ainda, sobre o modo de transição do clientelismo para a cidadania são pouco conhecidos (Kitschelt, & Wilkinson, 2007).

Kitschelt & Wilkinson abordam a importância das pesquisas a respeito do vínculo, linkages entre eleitores e candidatos a partir da premissa de que, tanto em democracias avançadas como em democracias recentes, o vínculo entre eleitor e candidato está ligado à capacidade de distribuir bens. Entretanto um segundo aporte teórico que pode ajudar a compreender o clientelismo é exatamente o modo como ocorre a transição do clientelismo para a representação programática, dicotomia que permeia toda a abordagem dos autores (Idem, p.3).

A distinção analítica entre clientelismo e sistema de accountability baseado em linhas programáticas ocorre nesses termos: primeiro, os sistemas clientelistas se voltam para pequenos grupos e sistemas programáticos para grupos mais amplos. Segundo, o sistema clientelista é baseado num vínculo de monitoramento enquanto sistemas programáticos são compostos por eleitores com maior capacidade de cálculo a respeito de seu voto. Terceiro, o monitoramento e a competitividade estão ligados aos predicados e a elasticidade da legenda partidária (Idem, p.23).

O ponto crítico para o entendimento do clientelismo é exatamente a compreensão dos fatores que conferem “credibilidade” aos que promovem a patronagem. Para os autores a chave dessa questão está contida nas relações sociais assimétricas. Sociedades marcadas por intensos conflitos étnicos, ou por fortes divisões entre setores urbanos e rurais podem ser um terreno fértil para o clientelismo (p.34).

Contudo, como estamos tratando de múltiplas transições, que envolvem mudanças de regimes políticos, ditadura para democracia, e mudanças nas relações de representação política, clientelismo para questões programáticas, é preciso ter em conta que determinados eventos, ou path dependence, podem ter influências consideráveis em processo de longo prazo, além de ser chave para a explicação destes (Pierson, 2004). No caso do estudo em tela dois elementos chaves devem ser observados; a permanência do clientelismo como

um elemento típico das regiões economicamente subdesenvolvidas, mesmo que seja possível detectar práticas clientelistas nas zonas urbanas, e a forma como se originam os partidos políticos, e mais especificamente, os partidos aqui citados, haja vista que tivemos vários sistemas partidários (Lamounier & Meneghelli, 1986).

Ainda que sua aplicabilidade ao contexto recente não seja eficaz, o modelo de clivagem proposto por Lipset e Rokkan nos ajuda a traçar, em linhas gerais, a constituição e a consolidação dos sistemas partidários no continente europeu, sistemas estes que serviam como tipos ideais para as análises de vários outros sistemas partidários inclusive para o brasileiro.

Para os autores, os partidos políticos europeus foram constituídos através da representação das divisões existentes na sociedade, denominadas pelos mesmos como clivagens. Estas clivagens tanto poderiam ser marcadas por divisões religiosas, como o caso do conflito entre católicos e protestantes na Irlanda, econômicas, trabalhadores versus burguesia, ou político-geográfico como centro/periferia ou urbano/rural.

Para Lipset e Rokkan a clivagem urbano/rural, no continente europeu e na Grã-Bretanha em especial, é uma marca que vem desde a Idade Média. Com a unificação dos territórios no período em que se formaram os Estados nacionais, essa clivagem se refletiu nos parlamentos, com divisão entre representantes de localidades. Em um segundo momento, na visão dos autores, a clivagem urbano-rural também foi um divisor de águas entre partidos conservadores e partidos liberais-radical. Os partidos conservadores representavam os interesses agrários, e os liberais-radical encarnavam o interesse da burguesia emergente com a revolução industrial (Lipset & Rokkan, 1993, p.189).

Com base na interpretação seminal de Lipset e Rokkan, pesquisadores dos partidos conservadores brasileiros constataram que suas bases eleitorais estão situadas nos pequenos municípios e nas regiões Norte e Nordeste (Mainwaring, Meneghelli & Power, 2000, p.58). Além de tal constatação, os autores utilizam o conceito de “famílias partidárias” para agrupar os partidos conservadores, não apenas no período pós-1980, mas também numa análise comparativa longitudinal que remonta ao Brasil colônia.

Para tal agrupamento os autores apresentam quatro teses que procuram explicar o predomínio político dos partidos conservadores ao longo da história do Brasil. A primeira tese é a de que os partidos de direita apresentam uma notável habilidade para se manterem no poder, embora essa hegemonia tenha sido ameaçada nos governos Vargas e JK. A segunda é que os partidos de direita, ou conservadores, tendem a apoiar políticas neoliberais e são avessos ao aborto e outros temas morais. Seus redutos eleitorais são os pequenos municípios e os estados subdesenvolvidos, principalmente no Nordeste. A terceira é a de que há uma diferença entre os partidos conservadores. Alguns possuem um discurso articulado e coerente, com penetração nas camadas mais esclarecidas. Outros são menos ideológicos e mais clientelistas penetrando na faixa de eleitores menos instruídos. A quarta tese apresenta três mudanças nos partidos conservadores pós 1980: 1- inversão da tendência de declínio eleitoral que se verificou entre 1945 e 1962, 2 - maior tolerância a democracia, 3 - menor dependência das regiões pobres (Idem, p.12-13).

Com base nos argumentos expostos acima, e levando-se em conta as características originárias dos partidos aqui estudados, podemos afirmar que não seria inadequado subdividir a família dos partidos progressistas em dois sub-grupos: partidos monoclassistas e partidos pluriclassistas. No primeiro grupo estariam o PTB e o PT. No segundo estariam MDB/PMDB e PSDB.

Conforme argumenta D'Araujo (1996), o estudo da origem dos partidos apresenta um grande valor explicativo pouco reconhecido pela literatura. Ainda que, ao longo de suas existências, os partidos possam passar por metamorfoses, a exemplo do que foi visto a respeito dos partidos socialistas no sul europeu, o período inicial de um partido político pode ser elucidativo para a compreensão de como ele atua na esfera social e na esfera de governo. Não seria inoportuno lembrar aqui do célebre argumento de Maria do Carmo Campello de Souza de que no Brasil a consolidação estatal antecedeu a formação dos partidos, o que fez com que estes privilegiasssem o acesso às arenas decisórias do Estado ao seu enraizamento social (Souza, 1980).

Embora a análise de Campello de Souza seja voltada para o

sistema partidário que vigorou no período situado entre 1945/1966, a tese de que os partidos possuem um baixo enraizamento social é corroborada por autores que analisaram um período mais longo como Lamounier e Meneghelli. Para os autores as dificuldades de enraizamento social dos partidos políticos são agravadas por conta das diversas mudanças de regime e de sistemas partidários que, no período analisado por este trabalho, passou de pluripartidarismo para um bipartidarismo artificial, retornando ao pluripartidarismo no final de 1979 (Lamounier & Meneghelli, 1986).

Em vista destes argumentos relacionados à efemeridade dos vínculos entre partidos e sociedade não é de se estranhar que as clivagens sociais brasileiras sejam permeáveis e voláteis, o que significa dizer que, tomando aqui a separação rural/urbana, uma mesma clivagem possa ter uma identidade política volátil migrando com alguma facilidade dos partidos conservadores para os progressistas, desde que estes passem a controlar a máquina do governo federal, que, em muitos casos, é sua fonte originária como, por exemplo, o PTB.

D'Araujo ao comentar as origens do PTB em 1945 observa que o partido foi criado para captar o apoio eleitoral das massas urbanas, dando suporte às políticas voltadas às classes trabalhadoras criadas no governo Vargas durante o Estado Novo. O PTB segundo a autora nasce insulado no aparelho estatal, e mais especificamente no Ministério do Trabalho. Sua distribuição geográfica concentra-se no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Em São Paulo o PTB disputava um eleitorado que era permeável a outras lideranças populistas (D'Araujo, 1996, p. 45).

O PT, mesmo herdando uma estrutura sindical da Era Vargas, ingressa na arena política, também num momento de transição democrática, tal como fora com o PTB no fim do Estado Novo, mas em um contexto sócio-econômico no qual a industrialização brasileira estava amadurecida. Deve-se levar em conta ainda que o amadurecimento industrial fez gerar uma classe trabalhadora que agrupava um contingente populacional considerável, ao contrário do que existia em 1945.

Ainda no final dos anos 1970 a conjugação de forças que constituíram o PT, além dos sindicalistas do ABC paulista, reunia setores da igreja católica, principalmente das correntes ligadas às comuni-

dades eclesiais de base, orientadas pela Teologia da Libertação, e intelectuais (Secco, 2011). Não obstante, assim como o PTB em sua fase inicial, o PT apresentava uma perspectiva monoclassista.

Já MDB/PMDB e PSDB surgem com uma proposta reformista e pluriclassista, mas também em seus contextos históricos. Como mostra Kinzo, o MDB, embora tenha sido herdeiro de muitos petebistas, representou um caráter de “frente” contra a ditadura. Essa frente foi ganhando terreno eleitoral nas regiões urbanas até a dissolução do bipartidarismo em 1979 e a criação do PMDB (Kinzo, 1988). O PMDB, que manteve a sigla original da frente representada pelo MDB, foi o principal braço da transição que permitiu a democratização do Brasil por meio da aliança entre oposicionistas e dissidentes do regime militar (Lamounier, 2005).

Por fim, o PSDB nasce de uma dissidência do PMDB, que então, sob o governo de José Sarney, havia implantado um choque heterodoxo para controlar a inflação, e obtido uma vitória esmagadora nas eleições de 1986. Originalmente o PSDB era composto pelos “autênticos do MDB”, grupo liderado por Mário Covas e Fernando Henrique e com um eleitorado fortemente concentrado em São Paulo (Lamounier, 2005, p.189).

Tecidas tais considerações temos como “link” para a análise empírica um quadro teórico que congrega não apenas a metamorfose de partidos progressistas que, uma vez no poder, modificaram-se no aspecto programático-ideológico e em termos de bases eleitorais, mas também mudanças de regimes e de sistemas partidários. Assim sendo, PTB, MDB/PMDB, PSDB e PT tiveram a oportunidade, em conjunturas específicas, de governarem o Brasil e, a partir do governo, modificar ou ampliar suas bases eleitorais. Se houve uma mutação na composição e na participação das regiões no cômputo das votações nacionais, e a magnitude dessa transferência de voto, a análise empírica responderá

### **3. O GOVERNO FEDERAL COMO PASSAPORTE PARA MIGRAÇÕES NAS BASES REGIONAIS DOS PARTIDOS PROGRESSISTAS**

Essa seção será composta por duas subseções; análise das votações presidenciais, composição nacional dos votos e cadeiras na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, e análise da correlação entre situação e oposição por regiões do Brasil.

Embora exista um amplo e frutífero debate sobre os três sistemas partidários nos quais essa análise de migração de voto está incluída a saber; multipartidarismo de 1945 a 1966, o bipartidarismo de 1966 a 1979 e o pluripartidarismo ora em vigor, tais teses, acerca destes sistemas, não serão abordadas. Não obstante, retenhamos por hora as teses de que o acesso a máquina do governo federal tanto pode ser um fator que corrobora para a falta de enraizamento social dos partidos (Souza, 1980), ou como um ciclo virtuoso para que as políticas públicas elaboradas pelos partidos nos ministérios passem pelo crivo do eleitor (Meneghelli, 1998).

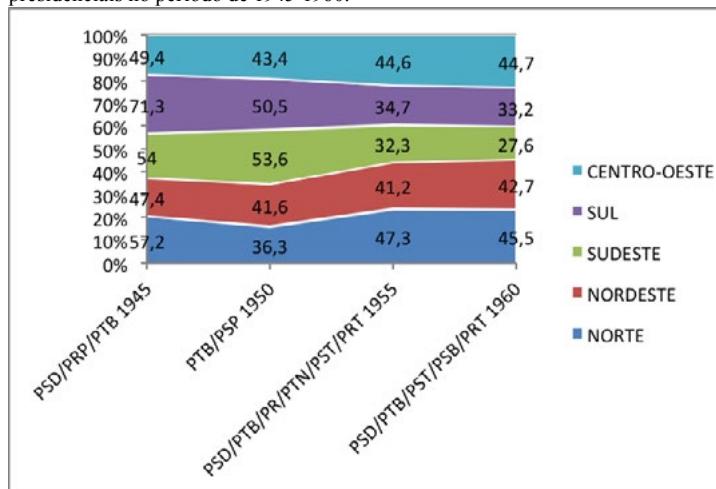
#### *A distribuição regional dos votos*

Em termos de eleições em países com um formato federalista é possível identificar três tipos de partidos; os que participam das eleições apenas no âmbito nacional, os que participam dos pleitos apenas em algumas regiões e os que disputam em ambos os níveis (Deschouwer, 2006). Em um país de dimensões continentais como o Brasil, e com disparidades sócio-econômicas entre as suas macrorregiões, é razoável admitir a existência do que Olavo Brasil denominou de subsistemas estaduais, ou seja, uma arena eleitoral nacional e diversas arenas estaduais e municipais (Lima Jr., 1983).

Não obstante, é igualmente plausível a interpretação de que aqueles partidos que participam da disputa presidencial, mesmo em coligações, realizem um amplo esforço de mobilização de eleitores, e que tal esforço tenha suas influências na composição da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, sejam as eleições conjugadas ou não. Tendo em vista que essa análise versa sobre es-

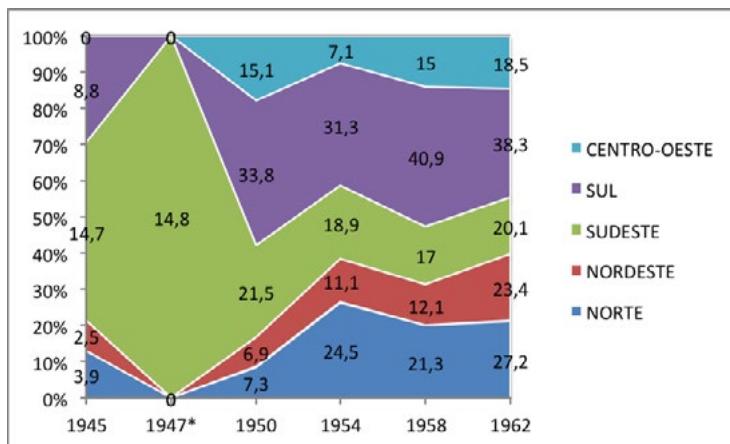
tudos de caso, a ordem de apresentação dos dados seguirá o critério cronológico, abordando as eleições presidenciais, as eleições para a Câmara dos deputados e para as Assembleias Legislativas, dos partidos, nesta ordem, a saber; PTB, MDB/PMDB, PSDB e PT, tecendo comentários após cada bloco de apresentação.

Gráfico 1 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo PTB em eleições presidenciais no período de 1945-1960.



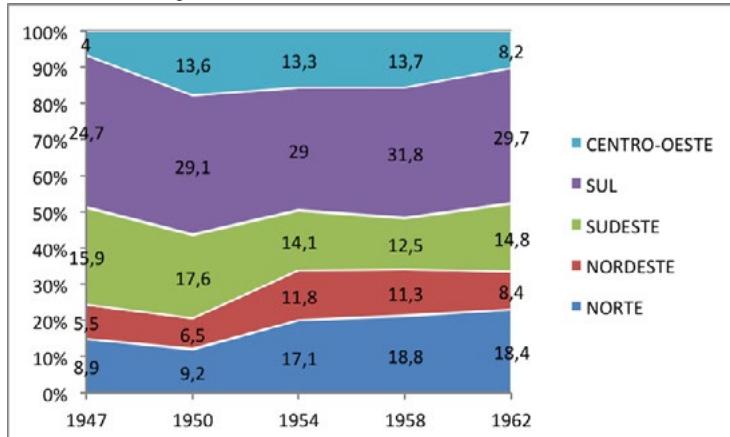
Fonte: *Dados Eleitorais do Brasil (45-62)*, NICOLAU, Jairo. *Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados*. In. DADOS. Rio de Janeiro. IUPERJ. V. 47. n. 1. 2004. Pp. 85 -129.\* Os dados se referem ao desempenho eleitoral percentual dentro de cada região, e não ao percentual.

Gráfico 2 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo PTB para a Câmara dos Deputados no período de 1945-1962.



Fonte: *Dados Eleitorais do Brasil (45-62)*, NICOLAU, Jairo. *Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados*. In. *DADOS*. Rio de Janeiro. IUPERJ. V. 47. n 1. 2004. Pp. 85-129.\* Os dados se referem ao desempenho eleitoral percentual dentro de cada região, e não ao percentual.

Gráfico 3 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo PTB para as Assembleias estaduais no período de 1947-1962.



Fonte: *Dados Eleitorais do Brasil (45-62)*, NICOLAU, Jairo. *Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados*. In. *DADOS*. Rio de Janeiro. IUPERJ. V. 47. n 1. 2004. Pp. 85-129.\* Os dados se referem ao desempenho eleitoral percentual dentro de cada região, e não ao percentual.

Tabela 1 – Porcentagem de votos e de cadeiras obtidas pelo PTB para a Câmara dos Deputados por região no período 1945-1962.

ANO	NOR-TE	NOR-DESTE	SUDES-TE	SUL	CENTRO-OESTE	NACIONAL
1945	% de votos	3,9	2,5	14,7	8,8	0
	% de cadeiras	6,3	0,9	16,2	5	0
1947*	% de votos	0	0	14,8	0	0
	% de cadeiras	0	0	12,5	0	0
1950	% de votos	7,3	6,9	21,5	33,8	15,1
	% de cadeiras	14,3	6,4	22,7	35	7,1
1954	% de votos	24,5	11,1	18,9	31,3	7,1
	% de cadeiras	23,8	10,2	21	31,3	18,7
1958	% de votos	21,3	12,1	17	40,9	15
	% de cadeiras	19	11,8	17,7	43,8	13,3
1962	% de votos	27,2	23,4	20,1	38,3	18,5
	% de cadeiras	33,3	25	22,3	38,2	14,3
						26,2

Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (45-62), Jairo Nicolau. \*O PTB havia se coligado com a UDN na região norte.

Tabela 2 – Porcentagem de votos e de cadeiras obtidas para as Assembleias Legislativas por região no período de 1945-1962 pelo PTB.

ANO	NORTE	NOR-DESTE	SUDES-TE	SUL	CENTRO-OESTE	NACIONAL
1947	% de votos	8,9	5,5	15,9	24,7	4
	% de cadeiras	10,4	4,4	13,8	24	1,6
1950	% de votos	9,2	6,5	17,6	29,1	13,6
	% de cadeiras	10,4	6,3	20,5	27,3	16,1
1954	% de votos	17,1	11,8	14,1	29	13,3
	% de cadeiras	22,4	10,4	16,5	28,1	11,3
1958	% de votos	18,8	11,3	12,5	31,8	13,7
	% de cadeiras	22,4	10,7	15,3	30,5	12,9
1962	% de votos	18,4	8,4	14,8	29,7	8,2
	% de cadeiras	23,2	10	16,5	28,3	10,1
						15,7

Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (45-62), Jairo Nicolau.

O que se pode observar é que no que concernem às eleições presidenciais as regiões Sudeste e Sul foram as mais generosas com o PTB em 1945. No Sul o PTB obteve 71,3% dos votos e 54% no Sudeste. Não obstante, em termos de disputas presidenciais o PTB apresenta uma tendência declinante.

Isso pode ser explicado em parte pela disputa em São Paulo por uma faixa do eleitorado que tanto podia pender para o getulismo como para o ademarismo, e em parte pela hegemonia de João Goulart que, embora ungido sucessor de Getúlio, jamais arriscou-se numa disputa presidencial, preferindo sempre concorrer a vice-presidência, haja visto que no período de 1945 a 1966 presidente da República e vice-presidente eram eleitos separadamente (D'Araujo, 1996).

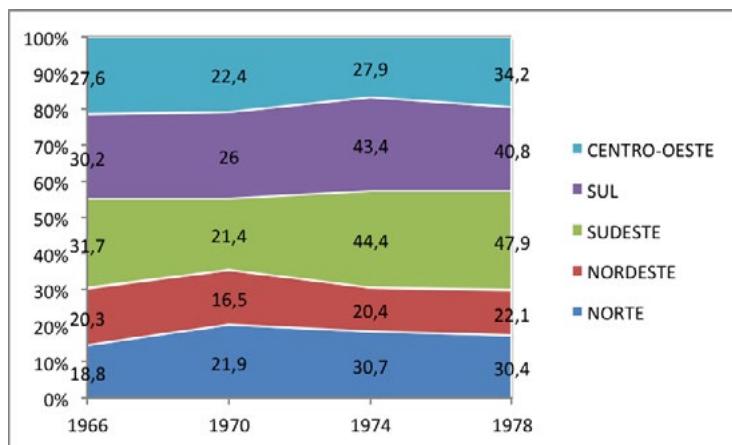
Já no que concernem às votações para o legislativo (Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas) os gráficos 2 e 3 demonstram a intensa participação do sudeste nas primeiras disputas legislativas do PTB, mas também algumas disparidades relevantes que podem estar associadas as coligações estaduais, mas também a mobilização petebista nas eleições presidenciais de 1950. Nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1945 e 1947 o PTB obtém 14% dos votos da região Sudeste, subindo para 21,5% em 1950 e se mantendo estável numa oscilação entre 17% e 20%. O gráfico 2 ainda que as maiores variações do voto do PTB para a Câmara dos Deputados foram nas regiões Norte e Sul. É importante notar que a região Sul foi, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, o berço político de lideranças de primeira linha do partido dentre elas Getúlio e Goulart. O Norte apresenta um salto de 3,9% para 33,3% nas eleições de 1945 e 1962 respectivamente.

No que se refere aos votos para as Assembléias Legislativas observamos uma forte concentração no sul e um crescimento expressivo no Norte. Mais uma vez cabe salientar que a forte votação no sul é compreensível por ser a região de origem e consolidação política das lideranças petebistas. Mas, ainda que, conforme argumenta D'Araujo (1996), o PTB, sob a influência de grupos vinculados a Goulart, tenha “abraçado” a questão agrária, e difícil imaginar que tal crescimento do partido na região Norte tivesse ocorrido sem a utilização da máquina governamental.

Com a dissolução do multipartidarismo em 1966, os integrantes do PTB migraram em massa para o MDB, enquanto o PSD se dividiu entre ARENA e MDB (Kinzo, 1988). Com esse novo arranjo institucional do sistema partidário, é possível notar uma quebra no padrão de votação que vinha sendo auferido pelo PTB nas eleições para a Câmara dos Deputados conforme mostra o gráfico 4.

O MDB surge novamente como um partido urbano com forte votação no Sul e no Sudeste, embora não sejam desprezíveis os percentuais auferidos no Centro-Oeste.

Gráfico 4 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo (P)MDB para a Câmara dos Deputados no período de 1966-1978



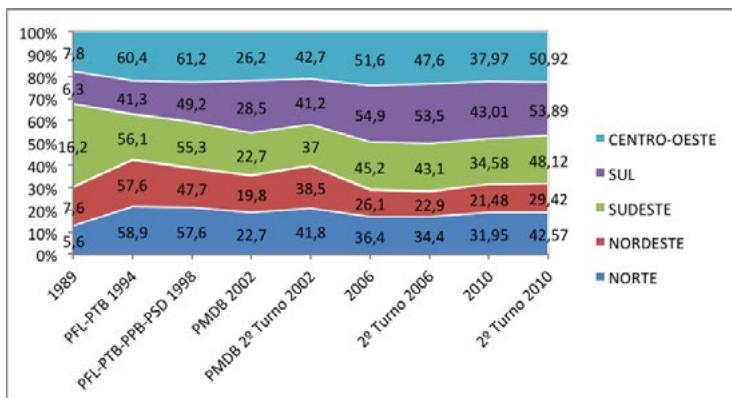
Fonte: *Fonte: KINZO, Maria D'alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB. São Paulo, Ed. Vértice, 1988. \** Para o (P)MDB, os dados foram contabilizados considerando-se brancos e nulos.

Tabela 3 – Porcentagem de votos obtidos para a Câmara dos Deputados no período de 1966-1978 pelo MDB.

	NOR- TE	NORDES- TE	SUDESTE	SUL	CENTRO -OESTE	NACIONAL
<b>1966</b>	18,8	20,3	31,7	30,2	27,6	28,4
<b>1970</b>	21,9	16,5	21,4	26	22,4	21,3
<b>1974</b>	30,7	20,4	44,4	43,4	27,9	37,8
<b>1978</b>	30,4	22,1	47,9	40,8	34,2	39,3

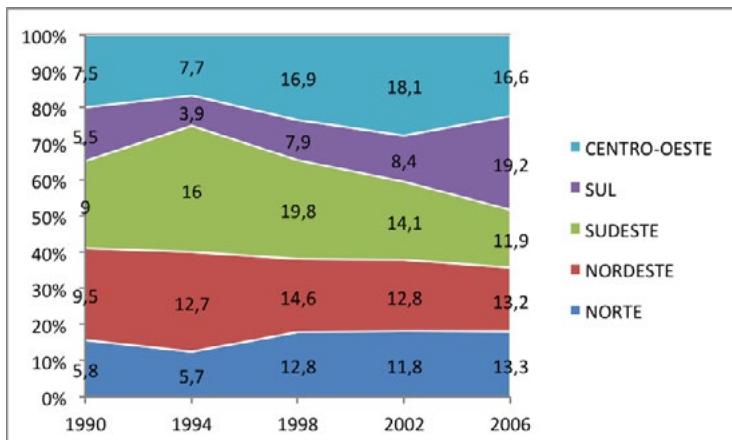
Fonte: *KINZO, Maria D'alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB. São Paulo, Ed. Vértice, 1988. \** Para o (P)MDB, os dados foram contabilizados considerando-se brancos e nulos.

Gráfico 5 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo PSDB em eleições presidenciais no período de 1989 a 2010



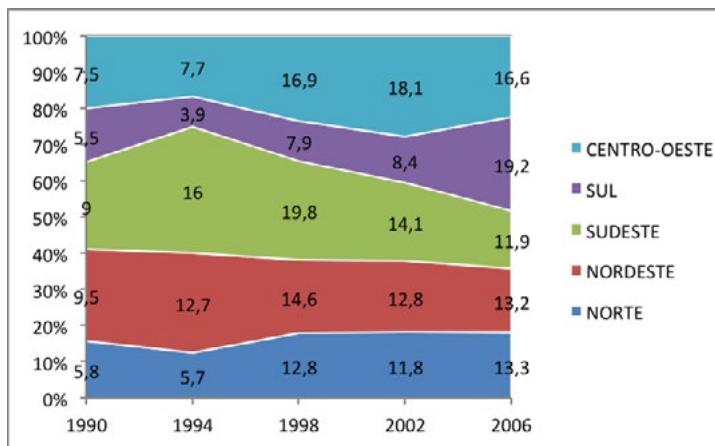
Fonte: *Dados Eleitorais do Brasil (82-06)*, Jairo Nicolau; TSE.

Gráfico 6 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo PSDB para a Câmara dos Deputados no período de 1990-2006.



Fonte: *Dados Eleitorais do Brasil (82-06)*, Jairo Nicolau; TSE.

Gráfico 7 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo PSDB para as Assembleias estaduais no período de 1990-2006.



Fonte: *Dados Eleitorais do Brasil (82-06), Jairo Nicolau; TSE.*

Tabela 4 – Porcentagem de votos e de cadeiras obtidas pelo PSDB na Câmara dos Deputados no período de 1990-2006.

	NOR-TE	NOR-DESTE	SU-DESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NACIO-NAL
1990	% de votos	5,8	9,4	10,1	6,2	3,6
	% de cadei- ras	1,5	7,9	11,2	6,5	2,4
	% de votos	7,7	14,5	18,4	5,8	8,8
1994	% de cadei- ras	7,7	13,9	17,3	3,9	7,3
	% de votos	16,8	16,2	20,9	10,5	17,1
	% de cadei- ras	20	17,9	24	10,4	19,3
1998	% de votos	13,9	14,5	15,7	9	17,9
	% de cadei- ras	20	17,9	24	10,4	19,3
	% de votos	11,8	11,6	16,4	10,5	13,5
2002	% de cadei- ras	12,3	14,6	14,5	9,1	19,5
	% de votos	11,8	11,6	16,4	10,5	13,8
	% de cadei- ras	9,2	11,9	16,2	9,1	14,6
2006	% de votos	9,2	11,9	16,2	9,1	16,2
	% de cadei- ras	20	17,9	24	10,4	19,3
	% de votos	13,9	14,5	15,7	9	17,9

Fonte: *Dados Eleitorais do Brasil (82-06), Jairo Nicolau; TSE.*

Tabela 5 – Porcentagem de votos e de cadeiras obtidas pelo PSDB para as Assembleias Legislativas por região no período de 1990-2006.

		NOR-TE	NOR-DESTE	SU-DESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NACIONAL
1990	% de votos	5,8	9,5	9	5,5	7,5	8,3
	% de cadeiras	5,4	7,6	9,2	4	6,2	7
	% de votos	5,7	12,7	16	3,9	7,7	11,8
1994	% de cadeiras	4,1	9,1	15,9	3,4	8	9,1
	% de votos	12,8	14,6	19,8	7,9	16,9	15,9
	% de cadeiras	8,6	14,7	20,3	7,4	18,6	14,5
1998	% de votos	11,8	12,8	14,1	8,4	18,1	13
	% de cadeiras	11,4	13,8	12,9	7,4	22,1	13,1
	% de votos	13,3	13,2	11,9	19,2	16,6	15,7
2002	% de cadeiras	11,4	14,7	17,3	12,1	14,2	14,4
	% de votos						
2006	% de cadeiras						
	% de votos						

Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (82-06), Jairo Nicolau; TSE.

Com a restauração do multipartidarismo em 1979, com eleições diretas para governadores em 1982, o ex-MDB e agora PMDB elege os governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais, e ganha força para garantir a vitória de

Tancredo Neves no Colégio Eleitoral que elegeu o presidente da República em 1984. No entanto as fragilidades que envolviam o primeiro governo civil, que nascia sob a égide de um novo sistema partidário, eram basicamente econômicas, e primordialmente relacionavam-se com o controle do processo inflacionário.

Sarney, que por obra da *fortuna* assumira a presidência da República, implementou um choque heterodoxo logrando o controle da inflação e obtendo uma esmagadora vitória para o PMDB nas eleições de 1986 quando, mais uma vés por meio da máquina governamental, um partido de urbana e progressista passa a controlar também as regiões subdesenvolvidas do Norte e Nordeste.

Os desdobramentos de uma política econômica mal conduzida tiveram seus reflexos nas eleições presidenciais de 1989, com o esgotamento das forças políticas que conduziram a transição democrática e a ascensão de um outsider à presidência da República. Mas a eleição de 1989 marca também o primeiro teste nessa modalidade

de eleição do PT de Lula e do PSDB de Covas, partidos que a partir de 1994 passaram a polarizar as disputas presidenciais.

Uma vez realizadas as considerações contextuais que deram origem a polarização PT/PSDB cabe discorrer sobre como e se ocorreram com os referidos partidos a mesma migração ou ampliação das bases eleitorais originariamente urbanas para aquelas regiões onde a dependência dos recursos governamentais é mais aguda.

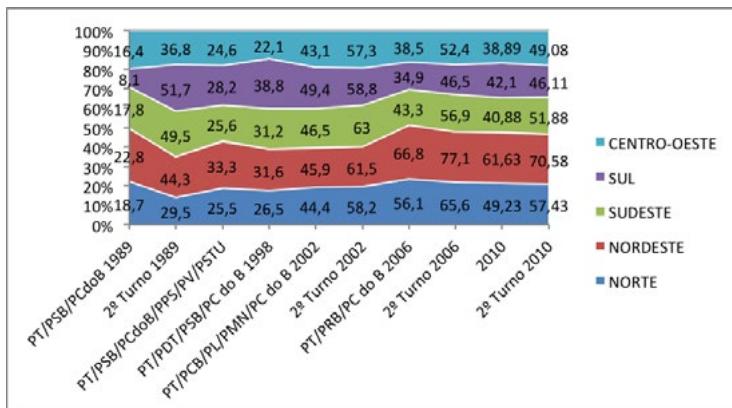
Conforme mostra o gráfico 5 em 1989 a maior votação do PSDB para a presidência da República foi no Sudeste onde o partido obteve 16% dos votos desta região. Logo após, na mesma eleição vem o Centro–Oeste com 7,8% e o Norte com 7,6%. Na região Sul o PSDB obteve seu menor desempenho com 5,8%. Nas eleições de 1994 e 1998 o PSDB, coligado primeiro com o PFL e o PTB, e posteriormente com o PFL, PTB, PPB e PSD obtém maioria esmagadora no Norte e no Centro-Oeste, sem também desconsiderar a expressiva votação no Sudeste e o desempenho mais modesto no Sul.

Considerando-se agora as votações legislativas, iniciando pela Câmara dos Deputados é possível observar um crescimento consistente do PSDB no período de 1990 a 2006 na região Centro-Oeste, onde o PSDB começa com 3,6% dos votos em 1990 e atinge 13,5% em 2006. No Sudeste o PSDB inaugura o período com 10,1% dos votos para a Câmara dos Deputados em 1990 e, em 2006 fica na casa dos 16%. No Nordeste o PSDB estréia com 9,4% e atinge 11% e no Norte parte de 5,8% e chega a 9,2% em 2006. Na região Sul, embora os 6,2% represente um patamar de partida maior do que o obtido no Centro-Oeste e no Norte, em 2006 essa região compõe o percentual mais baixo de votos obtidos pelo partido para a Câmara dos Deputados.

No que concerne a votação para as Assembleias Legislativas observamos uma congruência no cômputo dos votos nacionais sendo o ponto de partida 8,9% dos votos para a Câmara dos Deputados e 8,3% dos votos nacionais para as Assembleias Legislativas e 16,2% contra 14,4% em 2006 respectivamente. Na discriminação dos votos por região não encontramos variações significativas exceto em casos particulares como o da regiao Centro-Oeste onde em 1990 o PSDB obtém, como já foi dito 3,6% dos votos para a Câmara e 7,5% dos vo-

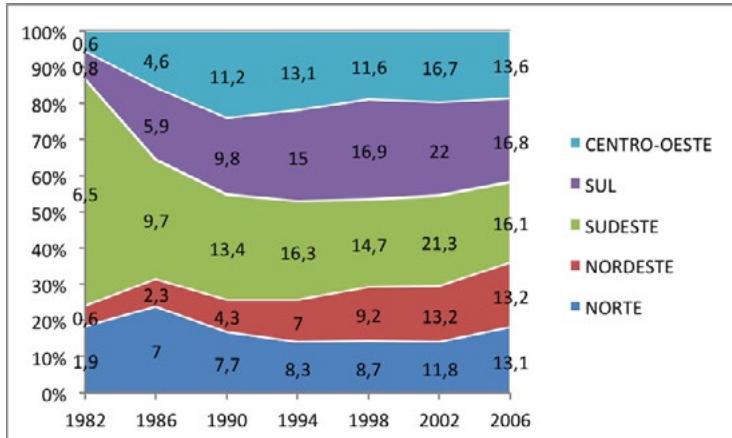
tos para as Assembleias Legislativas, percentual esse que se iguala em 2006 com 14,6% e 14,2% respectivamente.

Gráfico 8 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo PT em eleições para presidente no período de 1989-2010.



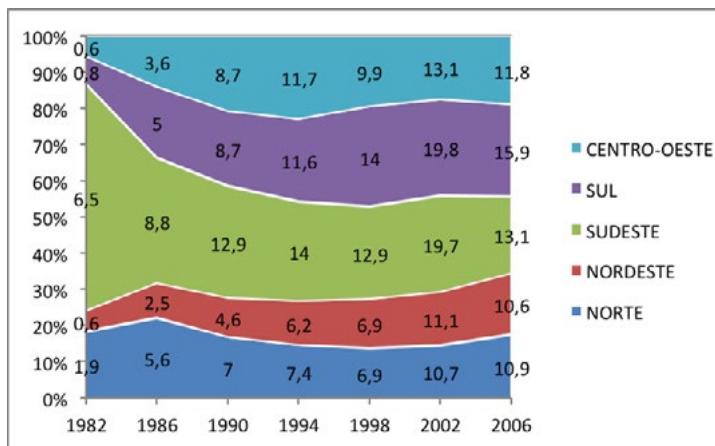
Fonte: *Dados Eleitorais do Brasil (82-06)*, Jairo Nicolau; TSE.

Gráfico 9 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo PT para a Câmara dos Deputados no período de 1982-2006.



Fonte: *Dados Eleitorais do Brasil (82-06)*, Jairo Nicolau; TSE.

Gráfico 10 – Porcentagem de votos obtidos em cada região pelo PT para as Assembleias estaduais no período de 1982-2006.



Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (82-06), Jairo Nicolau; TSE.

Tabela 6 – Porcentagem de votos e de cadeiras obtidas pelo PT para a Câmara dos Deputados para todo o período.

	NOR-TE	NOR-DESTE	SU-DESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NACIONAL
1982	% de votos	1,9	0,6	6,5	0,8	0,6
	% de cadeiras	0	0	4,7	0	1,7
1986	% de votos	7	2,3	9,7	5,9	4,6
	% de cadeiras	0	0	8,3	2,6	0
1990	% de votos	7,7	4,3	13,4	9,8	11,2
	% de cadeiras	6,2	1,3	11,2	10,4	4,9
1994	% de votos	8,3	7	16,3	15	13,1
	% de cadeiras	3,1	4,6	13,4	15,6	9,8
1998	% de votos	8,7	9,2	14,7	16,9	11,6
	% de cadeiras	7,7	6	14,5	16,9	12,2
2002	% de votos	11,8	13,2	21,3	22	16,7
	% de cadeiras	15,4	11,3	20,7	24,7	19,5
2006	% de votos	13,1	13,2	16,1	16,8	13,6
	% de cadeiras	15,4	15,2	16,8	18,2	14,6
						16,2

Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (82-06), Jairo Nicolau; TSE.

presidência da República, os resultados são os seguintes; no Sudeste 16,3% para a Câmara dos Deputados e 14% para as Assembleias Legislativas. No Sul 15% e 11,6%, e no Centro-Oeste 13,1% e 11,7% respectivamente. Somente em 2002, quando o PT faz inflexão em direção ao centro, o partido conquista no Nordeste 13,2% para a Câmara dos Deputados e 11,1% para as Assembleias Legislativas. No Norte, para as mesmas eleições o PT atinge 11,8% e 10,7%.

Nas eleições de 2006 os percentuais de voto para a Câmara dos Deputados apresentam uma pequena variação nos votos distri-buídos por regiões partindo de um mínimo de 13,1% no Norte e má-ximo de 16,8% no Sul. Para as Assembleias Legislativas a variação é um pouco mais significativa, partindo de 10,6% no Nordeste para 15,9% no Sul.

TABELA 8 – Variação eleitoral por região dos partidos ocupantes do governo nas eleições subsequentes a sua posse.

		Sul	Sudeste	Centro -oeste	Norte	Nordeste	Nacional
PTB – 1950/54	<i>Câmara</i>	2,5%	2,6%	-8%	17,2%	4,2%	0%
	<i>Assembleias</i>	-0,1%	-3,5%	-0,3%	7,9%	5,3%	0,2%
PSDB – 1994/98	<i>Câmara</i>	4,7%	2,5%	8,3%	9,1%	1,7%	3,5%
	<i>Assembleias</i>	4%	3,8%	9,2%	7,1%	1,9%	4,1%
PT – 2002/06	<i>Câmara</i>	-5,2%	-5,2%	-3,1%	1,3%	0%	-3,4%
	<i>Assembleias</i>	-3,9%	-6,6%	1,3%	0,2%	-0,5%	-3,4%
PMDB – 1986/90	<i>Câmara</i>	-25,8%	-27,4%	-27,8%	-30,6%	-28,9%	-28,5%

Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (45-62), Jairo Nicolau; Dados Eleitorais do Brasil (82-06), Jairo Nicolau; TSE.

Analisando agora de forma agregada a variação da votação para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas dos quatro partidos entre o primeiro mandato na presidência da Re-pública e a eleição subseqüente, é possível identificar resultados que corroboram a tese de que a passagem pelo governo causa um forte impacto no alinhamento eleitoral dos partidos, principalmente na re-

gião Norte e Centro-Oeste. Surpreendentemente a região Nordeste apresenta variações que se assemelham muito ao Sul e ao Sudeste.

O PTB tem seu maior ganho eleitoral, após a eleição de Getúlio Vargas em 1950 na região Norte com um acréscimo de 17,2% dos votos a Câmara dos Deputados e 7,9% para as Assembleias Legislativas. Sua variação mais negativa na votação para a Câmara dos Deputados foi na região Centro-Oeste com -8%. Para as Assembleias Legislativas o PTB perde mais significativamente no Sudeste. O PSDB não apresenta, apesar de alguns indícios modestos, variação negativa entre as eleições do primeiro e do segundo mandatos de Fernando Henrique. Sua variação mais positiva nas eleições para a Câmara dos Deputados está na região Norte com 9,1%, e 9,2% nas eleições para as Assembleias Legislativas na região Centro-Oeste.

Um segundo dado que chama a atenção são as variações dramaticamente negativas no caso do PMDB, e, mais modestamente, do PT nas eleições que marcam a transição para o segundo mandato de Lula. O PMDB sofre uma variação negativa entre -25% e -30%. Já o PT perde 5,2% dos votos para a Câmara dos Deputados nas regiões Sul e Sudeste, e -6,6% para as Assembleias Legislativas no Sudeste. Cabe lembrar que, no caso do PMDB, após a estrondosa vitória em 1986 embalada pelo Plano Cruzado, o governo Sarney sofria o desgaste provocado pela incapacidade de controlar o surto inflacionário. Já o PT amargava uma perda de credibilidade provocada pelo escândalo mensalão, que embora possa ter preservado a imagem de Lula, abalou profundamente o partido.

Tais variações nos permitem retomar o debate sobre o vínculo entre partidos e Estado. As teses de Maria do Carmo Campello de Souza e Rachel Meneguello, já mencionadas, apontam, no primeiro caso, para o aspecto deletério da consolidação prévia da estrutura estatal em relação aos partidos, provocando principalmente um baixo grau de enraizamento social (Souza, 1980). Já na visão de Meneguello a participação no governo seria uma forma de os partidos terem seu desempenho governamental avaliado pelos eleitores gerando um “ciclo virtuoso” no qual aqueles que conduziram de forma competente as políticas públicas seriam recompensados (Meneguello, 1998).

Observando a tabela 8, e abstraindo-se as particularidades regionais, temos que no nível agregado (nacional) as variações negativas são mais acentuadas que as positivas, ou seja, ainda que de modo geral os partidos progressistas que passaram pelo poder tiveram algum crescimento, acentuado na região Norte, e modesto no Nordeste, no cômputo nacional o crescimento em termos de bancadas na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas foi menor do que a variação negativa destes mesmos índices.

A passagem pelo poder para o PTB, por exemplo, representou um resultado nulo em termos de expansão das suas bancadas nas casas legislativas. Já o PSDB obteve um modesto crescimento de 3,5% para a Câmara dos Deputados e 4,1% para as Assembleias Legislativas. O PMDB e o PT apresentaram um declínio eleitoral após a passagem pelo poder.

Confrontadas com tais dados, as teses de Rachel Meneguello e Maria do Carmo Campello de Souza, a primeira parece alcançar um valor explicativo mais pungente. Em outras palavras, os eleitores no cômputo nacional, a julgar pelas variações negativas, parecem possuir uma visão mais crítica do desempenho governamental, mesmo no ciclo multipartidário de 1945 a 1966.

### ***Correlação entre situação e oposição***

Uma vez demonstrados os dados descritivos, com suas particularidades, podemos agora mensurar a existência de uma correlação entre o crescimento eleitoral nas casas legislativas a partir da variável governo/oposição.

Por outras palavras, mesmo, como ficou demonstrado na tabela 8, que a passagem pelo governo tenha um baixo impacto na ampliação da representação nas casas legislativas, é preciso ver se a situação de governo ou oposição contribuiu para a congruência dos votos para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas uma vez que, conforme argumentamos anteriormente, uma campanha presidencial representa um forte fator de mobilização de recursos, e o acesso a esses recursos são diferenciados quando se dispõe da máquina

governamental ou se conta apenas com a organização partidária. O quadro 1 mostra tal correlação no nível agregado, e o quadro 2 apresenta a mesma correlação descriminada por região.

Governo	Correlação de Pearson	,898**
	Sig. (2-tailed)	,001
	N	40
Oposição	Correlação de Pearson	,516**
	Sig. (2-tailed)	,002
	N	35

QUADRO 1 – correlação entre os votos para a Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas no plano nacional

Governo	Sul	Correlação de Pearson	,987**
		Sig. (2-tailed)	,000
		N	8
	Sudeste	Correlação de Pearson	,783**
		Sig. (2-tailed)	,022
		N	8
	Centro-oeste	Correlação de Pearson	,352**
		Sig. (2-tailed)	,393
		N	8
	Norte	Correlação de Pearson	,916**
		Sig. (2-tailed)	,001
		N	8
	Nordeste	Correlação de Pearson	,170**
		Sig. (2-tailed)	,687
		N	8
Oposição	Sul	Correlação de Pearson	-,073**
		Sig. (2-tailed)	,876
		N	7
	Sudeste	Correlação de Pearson	,871**
		Sig. (2-tailed)	,011
		N	7
	Centro-oeste	Correlação de Pearson	,850**
		Sig. (2-tailed)	,015
		N	7
	Norte	Correlação de Pearson	,448**
		Sig. (2-tailed)	,314
		N	7
	Nordeste	Correlação de Pearson	,814**
		Sig. (2-tailed)	,026
		N	7

QUADRO 2 – correlação entre os votos para a Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas por região

Como mostra o quadro 1 o fato de estar no governo apresenta uma maior capacidade de mobilização eleitoral com uma correlação em torno de 80% entre os votos obtidos para a Câmara e para as Assembleias, enquanto esta mesma correlação, quando aplicada para a oposição gira em torno de 50%.

Já no plano desagregado, por região, é possível encontrar situações variadas. Na região Sul e Sudeste parece existir uma forte correlação entre as votações nos dois âmbitos das casas legislativas quando se trata da variável governo. Quando a variável é oposição, no Sul a correlação é negativa, mas no Sudeste a correlação se mostra ainda maior.

No Centro-Oeste a mesma correlação é insignificante quando se trata da variável governo, mas positiva quando a variável é oposição. No Norte, quando observada a variável governo, a correlação entre os votos é muito elevada, o que corrobora o que foi demonstrado nos dados descritivos, ou seja, a maioria dos partidos progressistas aqui analisados obtiveram algum crescimento eleitoral após passarem pela presidência da República. Mas no Nordeste a variável governo não apresentou uma correlação significativa, ao contrário, a correlação mais pode ser observada na variável oposição.

O que é possível depreender desta subseção é que, no plano nacional o governo pode ser um bom catalisador de votos para a legenda no sentido de associar os votos para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas, mesmo quando isso não se traduz em crescimento expressivo das bancadas.

Por outro lado, a oposição parece ter mais dificuldades para a mobilização de recursos que possam trazer uma congruência entre o crescimento da representação nacional e o crescimento nos legislativos estaduais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O principal objetivo deste trabalho foi demonstrar o deslocamento das bases eleitorais dos partidos progressistas que, em algum período da história recente do Brasil ocuparam a presidência da República. A metodologia adotada foi a exemplo da pesquisa sobre os

partidos conservadores (Mainwaring, Meneguello & Power, 2000), o agrupamento em “família”, partindo-se da hipótese de que, ao passarem pelo poder, tais partidos deslocariam ou ampliariam suas bases eleitorais nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo a perspectiva aqui adotada os partidos a saber; PTB, MDB/PMDB, PSDB e PT nasceriam como partidos urbanos com propostas programáticas voltadas para as classes trabalhadoras e para as classes médias. Contudo, PTB e PT foram classificados como partidos monoclassistas, e MDB/PMDB e PSDB como partidos pluriclassistas.

Os partidos pluriclassistas, MDB/PMDB e PSDB, a exemplo do PASOK grego (Puhle, 2001) apresentaram no governo uma agenda econômica, priorizando o controle da inflação, e no caso do PSDB, algumas reformas genericamente denominadas de “neoliberais”. No entanto, o MDB/PMDB conduziu as bases institucionais da democracia brasileira pós-1985, apresentando um caráter mais nitidamente corporativista. Ambos os partidos tiveram variações distintas no que se refere à manutenção ou não do seu eleitorado. Tais variações, no entanto, sugerem uma avaliação do desempenho econômico destes partidos à frente do governo pelo eleitorado. O MDB/PMDB foi severamente punido por seu fracasso no controle da inflação enquanto o PSDB teve uma ligeira variação positiva.

No que se refere aos partidos monoclassistas, PTB e PT, a agenda adotada, do ponto de vista econômico, procurou adaptar o programa partidário às circunstâncias, principalmente durante o primeiro mandato de Lula, mas a máquina estatal foi um forte instrumento colocado a disposição da organização partidária. O PTB controlou ao longo de quase todo o período de 1945/1966 a pasta do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência (D'Araujo, 1996), e o PT viu-se as voltas com inúmeros escândalos de corrupção que, se mantiveram intacta a imagem do presidente Lula, causaram forte declínio eleitoral do partido.

Como resultado final temos que houve de fato um deslocamento ou uma ampliação das bases eleitorais dos partidos aqui mencionados. Contudo esse deslocamento foi menor do que se esperava na região Nordeste, e maior do que se previa no Centro-Oeste. Nas regiões

Tabela 7 – Porcentagem de votos e de cadeiras obtidas pelo PT para as Assembleias Legislativas por região para todo o período.

	NOR-TE	NOR-DESTE	SU-DESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NACIONAL
1982	% de votos	1,9	0,6	6,5	0,8	0,6
	% de cadeiras	0,9	0	4,6	0	0
1986	% de votos	5,6	2,5	8,8	5	3,6
	% de cadeiras	3,5	1,5	8,4	4	2,2
1990	% de votos	7	4,6	12,9	8,7	8,7
	% de cadeiras	7	3,8	13	8,1	9,7
1994	% de votos	7,4	6,2	14	11,6	11,7
	% de cadeiras	5,3	5,9	12,2	10,7	12,4
1998	% de votos	6,9	6,9	12,9	14	9,9
	% de cadeiras	7	6,2	10	14,2	8
2002	% de votos	10,7	11,1	19,7	19,8	13,1
	% de cadeiras	10,3	9,7	18,5	20,8	12,4
2006	% de votos	10,9	10,6	13,1	15,9	11,8
	% de cadeiras	10,8	10	13,7	14,8	11,5
						11,9

Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (82-06), Jairo Nicolau; TSE.

Por fim temos o caso do PT que nas eleições presidenciais de 1989 e nas legislativas de 1990 apresenta uma acentuada discrepância. No que se refere às eleições presidenciais, Lula obteve seu maior percentual de voto no primeiro turno no Nordeste com 22,8%, e seu menor percentual no Sul com 8,1%. Esses percentuais se invertem no segundo turno quando Lula obtém 44,3% e 51,7% respectivamente. Comparando-se os percentuais obtidos por Lula com o percentual de votos no PT, que tanto para a Câmara dos Deputados como para as Assembleias Legislativas, não ultrapassam os 5%, fica nítido que a penetração da imagem carismática encarnada por Lula precede a expansão eleitoral do PT no Nordeste que somente em 2006 atinge os 13,2% dos votos para a Câmara dos Deputados e 10,6% dos votos para as Assembleias Legislativas.

No Sudeste e no Sul o PT apresenta um desempenho eleitoral mais forte do que em outras regiões. Tendo como ponto de partida o ano de 1994, quando PT e PSDB começam polarizar as eleições à

Sul e Sudeste o PSDB foi o único partido que não sofreu uma punição severa, embora tenha tido uma variação positiva muito modesta.

Evidentemente esta pesquisa poderia trazer resultados mais detalhados se fosse possível coletar os dados referentes ao empenho do orçamento da União por região no período aqui tratado, com o objetivo de verificar a correlação entre gasto público e expansão eleitoral. Também seria interessante agregar dados mais detalhados sobre o perfil da população de cada região, o que talvez explicasse de forma mais embasada a correlação entre a situação, governo versus oposição, e a congruência dos votos para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas. Contudo, se no varejo as correlações por região não demonstraram uma tendência unívoca, no atacado a variável governo/oposição mostrou-se decisiva no sentido de lograr a congruência dos votos para as casas legislativas.

Mas se tal correlação é tão forte, o que explicaria as variações negativas?

Essa parece ser uma nuance que precisa ser melhor explorada. Talvez um início de resposta, ou pelo menos a indicação de um caminho esteja no estudo das diferenças sócio-econômicas entre as regiões, o que pode mostrar expectativas diferenciadas em relação ao desempenho governamental, com regiões rurais mais propensas ao monitoramento clientelista (Kitschelt & Wilkinson, 2007) e regiões urbanas mais propensas a um julgamento não apenas econômico como também programático (Lipset & Rokkan, 1993). Mas isso exigiria a retomada do diálogo entre a ciência política e a sociologia, diálogo que nos dias atuais parece um tanto “démodé”.

## REFERÊNCIAS

- DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 1997 [1972].
- DALTON, R. J., FARRELL, D. M. & McALLISTER, I. *Political parties & democratic linkage*. New York: Oxford University Press, 2011.
- D'ARAUJO, M. C. *Sindicatos, Carisma e Poder – o PTB de 1945 – 65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DELWIT, P. (Ed.). *Les partis régionalistes en Europe. Des acteurs en développement?* Bruxelles : Editions de l'Université de Bruxelles, 2005.
- DEEGAN-KRAUSE, K. New Dimensions of Political Cleavage. In: DALTON, R. J. & KLINGEMANN, H.-Di. *The Oxford Handbook of Political Behavior*. New York: Oxford University Press, 2007, (pp. 538 – 556).
- DESCHOUWER, K. Political Parties as Multi-Level Organization. In: KATZ, R. S. & CROTTY, W. *Handbook of Party Politics*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2006, (pp. 291-300).
- DOWNS, A. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp, 1999 [1957].
- KINZO, M. D. G. *Oposição e Autoritarismo – gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KITSCHELT, H. & WILKINSON, S. I. Citizen-politician linkages: an introduction. In: KITSCHELT, H. & WILKINSON, S. I. *Citizen-politician linkages: an introduction. Patrons, Clients, and Policies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, (p. 01-49).
- LAMOUNIER, B. *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium, 2005.
- LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática. O caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMA Jr., BRASIL, O. *Partidos Políticos Brasileiros. A experiência federal e regional: 1945/64*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LIPSET, S. & ROKKAN, St. Estruturas de clivagens, sistema partidário e alinhamento de eleitores. In: LIPSET S. *Consenso e Conflito*. Lisboa: Gradiva, 1993.

- MAINWARING, S., MENEGUELLO, R. & POWER, T. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MENEGUELLO, R. *Partidos e Governo no Brasil Contemporâneo*. (1985 - 1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NICOLAU, J. *Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados. DADOS*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol. 47, nº.1, pp. 85 -129, 2004.
- NICOLAU, J. M. Partidos e sistemas partidários: 1985-2009. In: MARTINS, C. B. & LESSA, R. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Ciência Política*. São Paulo: ANPOCS, 2010, (pp. 217-240).
- PIERSON, P. *Politics in time: history, institutions, and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- PUHLE, H.-J. Mobilizers and Late Mobilizers: socialist parties in the new southern Europe. In: DIAMANDOUROS, N. P. & GUNTHER, R. *Parties, politics and democracy in the new southern Europe*. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2001, (pp. 268 -320).
- SECCO, L. *História do PT*. São Paulo: Atelier Editorial, 2011.
- SCHMITTER, P. Parties are not what they once where. In: DIAMOND, L. & GUNTHER, R. (Eds.). *Political Parties and Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001, (pp. 67 – 89).
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968 [1961].
- SOUZA, M. do C. C. de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 - 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 3ed. 1980.

Recebido em: 26/06/2015.  
Aprovado em: 12/12/2015.